

ISSN: 1983-8379

## A diferença como possibilidade de identidade cultural na pós-modernidade

Cristiane Pereira Fontainha de Carvalho<sup>1</sup>

**RESUMO:** Problematizando processos de discriminação étnico-raciais e socioculturais, discute-se neste trabalho a questão da diferença na sociedade pós-moderna. Pretende-se apontar para os processos identitários relativos à diferença e indicar que a identidade não pode ser analisada e forjada sem o conceito de alteridade. Conclui-se que o campo da diferença apresenta-se-nos como possibilidade híbrida de constituição dos sujeitos.

Palavras-chave: Diferença; Identidade; Alteridade; Pós-modernidade.

**RÉSUMÉ :** En discutant les processus de discrimination ethnique raciaux et socio-culturels, on questionne, dans cet travail, la question de la différence dans la société après modernité. On prétend designer les processus identitaires relatifs à la différence et indiquer que l'identité ne peut pas être analysée et forgée sans le concept de l'altérité. On conclut que le champ de la différence est-nous présenté comme possibilité hybride de la constitution des sujets.

Mots-clés: Différence ; Identité ; Altérité ; Après-modernité.

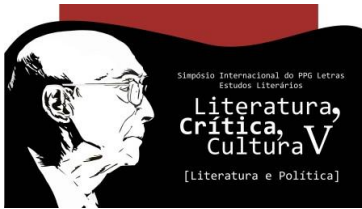
### 1. A proposta multicultural

A temática da identidade e da diferença e o reconhecimento do multiculturalismo em uma perspectiva intercultural no mundo globalizado tem despertado o interesse e a reflexão por parte de grupos sociais e educacionais na pós-modernidade. De forma geral e superficial, podemos dizer que os movimentos sociais e educacionais preocupam-se com a convivência democrática entre indivíduos de diferentes culturas, com o reconhecimento do direito à diferença e da igualdade de direitos. Nesse sentido, a proposta fundamental que permeia essa questão baseia-se nas relações democráticas e dialógicas dos sujeitos, numa proposta para a alteridade, para o respeito mútuo da vida em sociedade. Segundo Fleuri, o grande desafio da atualidade é o de se “respeitar as diferenças e de integrá-las em uma unidade que não as anule, mas que ative o potencial criativo e vital da conexão entre diferentes agentes e entre seus respectivos contextos.” (Fleuri, 2006, p. 497).

Desse modo, vem se delineando, na pós-modernidade, um campo de debates genuinamente complexo, polissêmico e polifônico. Nesse debate, múltiplos conhecimentos

---

<sup>1</sup> Mestranda do programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.



ISSN: 1983-8379

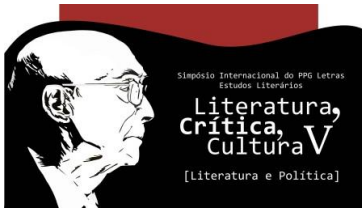
interagem e expressam uma variedade de perspectivas que não podem, dada a natureza da temática, reduzir-se a um único modelo universal. Trata-se de dialogar com várias respostas históricas da sociedade que se manifestam nas diferentes práticas sociais e que motivaram tal debate. Trata-se também de deixar de lado uma postura “ingênua” em relação aos discursos ocidentalistas europeizantes de poder e de se levar em conta os significados subjacentes aos discursos forjados pela democracia e pelos direitos humanos universais.

## 2. Discriminação racial

Um dos principais aspectos que emergem ao se focalizar o tema das diferenças socioculturais diz respeito ao racismo. No bojo dessa questão estão os entendimentos e enfrentamentos da discriminação, dos estereótipos, do preconceito, dos processos de inclusão/exclusão social e institucional dos sujeitos diferentes. Esse movimento de enfrentamento e luta, no entanto, não é algo simples. Esta discussão torna-se complexa pois “os mesmos argumentos desenvolvidos para defender relações mais justas, dependendo do contexto e do jogo político em que se inserem, podem ser ressignificados para legitimar processos de sujeição e exclusão.” (Fleuri, 2006, p. 499)

No Brasil, esse debate torna-se cada vez mais emergencial. Entretanto, pela própria natureza de nosso processo colonizador e pela forma como a história tem sido apresentada há mais de quinhentos anos, esse debate apresenta-se-nos mais conflitante.

Historicamente, o ocidentalismo dos currículos escolares vem “coisificando” negros e indígenas, traduzindo-os em imagens no mínimo estereotipadas ou produzindo sua invisibilidade. Esse aspecto da realidade social brasileira produz e reproduz um estereótipo que, como nos ensina Bhabha (1998) tende a fixar o outro em um determinado lugar, representando a principal estratégia do discurso colonial. Esse estereótipo social que fixa o outro em uma posição de inferioridade envolve um processo cognitivo por parte de um grupo social, isso significa que os indivíduos pertencentes a um determinado grupo aprendem a simbologia que envolve a estereotipia, cristalizando-a e reproduzindo-a ao longo da história. A partir do momento em que esses indivíduos, em consenso, consolidam uma imagem

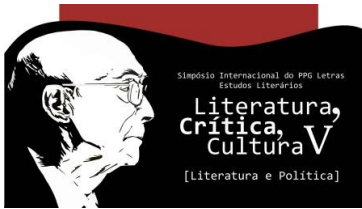


ISSN: 1983-8379

estereotipada, o preconceito é capaz de cristalizar e absolutizar determinados valores que se transformam em fonte de negação da alteridade.

O mito da democracia racial brasileira é outro fator que contribui para a tensão do debate racial em nossa sociedade, tornando-o peculiar. De acordo com o mito da democracia racial, pressupõe-se que as relações entre indivíduos, instituições e segmentos étnico-raciais no Brasil estejam harmoniosas. Essa premissa inviabiliza o descortinamento real do debate, omite questões a serem discutidas e mantém as diferenças identitárias entre os grupos, assegurando as hierarquias anteriores e o *status quo*. O passado histórico do negro e a produção de novas formas de racismo pela sociedade colocam o negro em um ciclo de perpetuação do racismo, prejudicando sua luta e a tomada de decisões dos poderes públicos. Afinal, para quê e como lutar oficialmente, mobilizando os governos instituídos e a sociedade contra um racismo silenciado pela ideologia da democracia racial? Como pensar em políticas compensativas e ações afirmativas num país de democracia racial, em que poucos se dizem e/ou se reconhecem racistas?

A construção de uma nação de ideologia mestiça, mas europeizante e embranquecedora, foi um dos fatores que contribuiu para o apagamento dos afrodescendentes da história e da cultura brasileira. A própria ideologia da forma em que é pensada a mestiçagem contém a fórmula da eliminação das afrodescendências. No apelo à mestiçagem fica implícito o apagamento contínuo e sistemático de base africana. Nesse sentido, o vício nacional de se elogiar a beleza da mestiçagem das três raças configura-se como uma sofisticada forma de rejeitar a cultura de base africana e as identidades afrodescendentes. A produção e a reprodução da invisibilidade e do silenciamento da população negra no Brasil é cruel e de consequências nefastas. Ora, “não se pode ignorar que silenciar o discurso dos oprimidos, da diferença marginalizada, é também uma maneira de aniquilá-los, de torná-los de fato invisíveis, decretando sua anomia, sua ausência enquanto grupo.” (Munanga, 1996, p. 97). Assim, a elite que precisa desse silêncio nega a presença africana no Brasil na condição de verdadeira matriz cultural, étnica e social do nosso povo. Essa elite continua seu combate à diferença de forma feroz, violenta e mortal mas igualmente o faz também de uma forma mais sutil e velada. O racismo no Brasil se dá mais pela existência de uma rede intrincada de



ISSN: 1983-8379

mensagens inferiorizantes difundidas socialmente do que pela via dos outros países onde existe uma clara formulação de superioridade étnica.

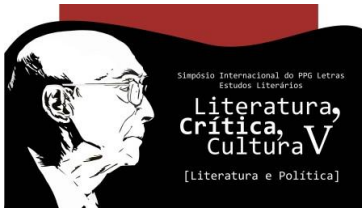
A “morte” do negro na sociedade brasileira também é provocada pela oralidade que encobre nossas práticas sociais. “Sustentada pelo omissivo sistema educacional, é a oralidade que garante ao racismo brasileiro uma eficácia maior que a do sistema do *apartheid* – naquele aspecto de seus objetivos relativo à morte do Outro.” (Munanga, 1996, p. 101). Assim, é necessário provocar a consciência do racismo para que ele possa ser enfrentado e combatido. Não há como combatê-lo e provocar o debate de idéias sem modificar os hábitos de comportamento e os costumes vigentes. Apenas constatar o racismo é também perpetuá-lo. Cabe, neste momento, transformar a realidade para transformar a sociedade.

### 3. Identidade e alteridade na pós-modernidade

A globalização e o capitalismo são conceitos fundamentais para se entender e caracterizar a pós-modernidade e seus sujeitos. De acordo com Sennett (2007), os novos traços do capitalismo provocam a corrosão do caráter dos homens, pois as “antigas” características estáveis como a lealdade, a confiança, a solidariedade e o comprometimento que prendiam o homem à sociedade e à sua história de vida estão desaparecendo. Nesse sentido, o contexto social do trabalho e das relações humanas ganha novos contornos e produz novas identidades e formas de relacionamento com o Outro.

A segurança no emprego e o compromisso com a empresa que estabilizavam o homem estão sendo substituídos pela busca atual por flexibilidade e novas estruturas de controle e poder. O distanciamento, a rotina e a cooperatividade superficial estão substituindo valores de lealdade e serviço. Nesta direção, a cultura da flexibilidade e do modo de vida a “curto prazo” estão apagando rastros e dificultando o estabelecimento das narrativas de identificação e histórias de vida. (Sennett, 2007).

Para Hall (2004), a globalização produz três conseqüências sobre as identidades culturais: a desintegração das identidades nacionais; o reforço de identidades nacionais, locais ou particulares pela resistência à globalização; o surgimento de novas identidades (híbridas) tomando o lugar das identidades nacionais em declínio. Tudo isto evoca novas formas de



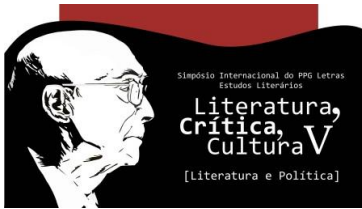
ISSN: 1983-8379

entendimento das relações sociais e culturais e das novas formas de identidade no contexto da pós-modernidade.

No que tange à identidade, Hall (2004) coloca-nos que a identidade do sujeito pós-moderno é concebida não mais como fixa, essencial ou permanente. Definida historicamente, a identidade do sujeito pós-moderno é, ao contrário, fragmentada, descentrada e deslocada. Agora, a “identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia.” (Hall, 2004, p. 13). Nesse sentido, Bauman (2005) destaca a fragilidade dessa nova identidade pós-moderna: “A fragilidade e a condição eternamente provisória da identidade não podem mais ser ocultadas. O segredo foi revelado.” (Bauman, 2005, p. 22). Tal fragilidade aponta para a questão da ambiguidade que está ligada aos processos de identidade. Se, por um lado, o anseio por identidade reflete um desejo de segurança, de não flutuar sem apoio e estabilidade num espaço indefinido ou pouco definido, por outro lado, a conquista de uma posição fixa dentro de uma infinidade de possibilidades parece não representar uma perspectiva atraente para os sujeitos. “Em nossa época líquido-moderna, em que o indivíduo livremente flutuante, desemperado, é o herói popular, “estar fixo” – ser “identificado” de modo inflexível e sem alternativa – é algo cada vez mais malvisto.” (Bauman, 2005, p. 35).

Outra questão que se nos impõe em relação à identidade é sua relação intrínseca com o pertencimento, seja ele geográfico, étnico, geracional, de classe social, de sexo ou de gênero. Para Bauman tanto o pertencimento quanto a identidade “não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis” e dependem das “decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age” (Bauman, 2005, p. 17).

Em face do que foi exposto até aqui, parece-nos que a identidade situa-se como um conceito de significação própria e independente, ligada aos fenômenos do capitalismo e da globalização (e das questões geoculturais de centro, periferia e semi-periferia que nos apontam Wallerstein). Este caminho, no entanto, não está completo. Juntamente com o conceito de identidade emerge o conceito de alteridade de que trataremos agora. Adotando-se a premissa de que a identidade não pode ser pensada e forjada sem o conceito de alteridade tem-se um olhar mais holístico do homem enquanto ser social. Assim, a “identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma



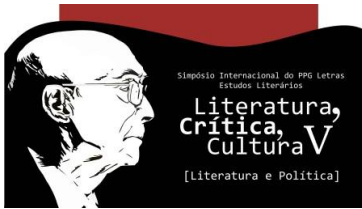
ISSN: 1983-8379

falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros.” ( HALL, 2004, p.39)

Nessa perspectiva, “o homem tem uma necessidade estética absoluta do outro, da sua visão e da sua memória; memória que o junta e o unifica e que é a única capaz de lhe proporcionar um acabamento externo.” (Bakhtin, 1997, p. 55). Os conceitos de dialogismo, acabamento e exotopia de Bakhtin vão ao encontro desse pensamento. Segundo Bakhtin (1997), o excedente da visão estética é dado pelo outro. Sim, porque fisicamente existem partes do meu corpo inacessíveis ao meu olhar, é o olhar do outro que necessariamente trará a complementaridade para a formação da unidade. Esse excedente de visão estética, contudo, decorre da visão de um sujeito que ocupa um lugar concreto que não pode ser desconsiderado. Por isso, a “contemplanção estética e o ato ético não podem abstrair o fato de que o sujeito desse ato e dessa contemplanção artística ocupa na existência um lugar concreto, único.” (Bakhtin, 1997, p. 44). Assim, o conhecimento do outro exige exotopia: a visão externa se dá a partir de um determinado lugar que influenciará sobremaneira o que será apreendido e compreendido do outro.

A dialética do processo de identidade/alteridade do homem remete-nos ao conceito de diálogo de Bakhtin. Os conceitos de exotopia e de acabamento só se concretizam na interface com o Outro, pois o homem, sozinho, é incapaz de juntar seus fragmentos díspares para formar uma unidade exterior relativamente concluída.

No que diz respeito à questão racial dentro dessa discussão, pode-se considerar que a pós-modernidade, a despeito da multiplicidade de identidades que pode comportar e de sua característica híbrida, fluida, incontrolável, descentrada e polissêmica, não se coaduna com a ausência de identidade, mas com a supremacia de uma identidade eurocêntrica ocidental sobre as demais. Considerando-se que as identidades têm um caráter duplo, dependentes tanto da forma como os indivíduos se auto-identificam como da forma como os outros, externos ao grupo os identificam, os negros encontram na segunda forma uma forma de representação social negativa que influencia e marca sua identidade. Interessa-nos agora refletir e destacar algumas possibilidades de ressignificação de identidades não obstante os processos de exclusão e desequilíbrios sociais.



#### 4. A diferença na diversidade

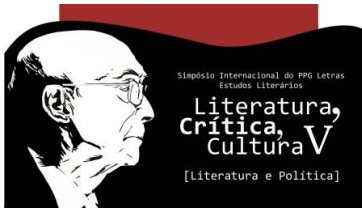
Neste ponto, interessam-nos as estratégias culturais capazes de fazer diferença, de deslocar as configurações do poder. A pós-modernidade tem sido este espaço de deslocamento de poder, “de lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos no cenário político e cultural.” (Hall, 2003, p. 338). Deve-se levar em conta, entretanto, que esses espaços de deslocamentos de poder representam uma mudança no equilíbrio de poder das relações de cultura, uma mudança de disposições, e não uma retirada do jogo de poder cultural. Esta é a questão mais difícil no campo das identidades pois estamos constantemente em negociação, num espaço em que as identidades se deslocam entre si, buscando uma identificação subjetiva. Deve-se lembrar também, que esses espaços para a diferença são poucos, limitados e dispersos, além de cuidadosamente policiados e regulados. Afinal o que substitui a invisibilidade é um tipo de visibilidade regulada e segregada de forma cuidadosa e minuciosa. (Hall, 2003). Isso não significa, contudo, que essa conquista, que esse espaço deva ser menosprezado ou depreciado.

Para Bhabha (1998), a diferença cultural aponta para a compreensão dos significados híbridos, ambivalentes e polissêmicos que constituem as identidades e as relações interculturais. Utilizando o conceito de entrelugares, este autor coloca-nos a possibilidade real e concreta da existência de campos que representam o *locus* das novas identidades subjetivas ou coletivas que surgem das relações e dos processos interculturais.

No que diz respeito aos processos de construção de identidades e diferenças étnicas que foram ou que vem sendo desenvolvidos no Brasil pelos afrodescendentes, cabe destacar alguns aspectos que podem se nos apresentar como formas positivas de configuração de novas identidades a partir da constituição do entrelugar proposto por Bhabha.

Fleuri (2006) nos coloca que aspectos visíveis do corpo negro como o cabelo e a pele, por exemplo, que são historicamente estigmatizados como sinais de subalternidade pela sociedade, podem configurar-se como símbolos de uma identidade positiva dos afrodescendentes a partir de seus cuidados estéticos com o corpo, possibilitando a transmissão de diferentes mensagens e variadas interpretações que podem representar o caminho da





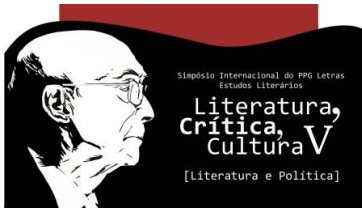
ISSN: 1983-8379

construção de novas identidades pessoais e culturais. Isso denota que o modo como os sujeitos lidam e interpretam os símbolos culturais é singular, pessoal e subjetivo, a despeito da reprodução social e escolar de símbolos culturais inferiorizantes e estereotipados. Essa singularidade é que vai fazer a diferença entre a resignificação dos símbolos, o reforço ou a desconstrução das estereotípias. Esses fatores comprovam que o significado da simbologia cultural não é fixo, rígido e unívoco; ao contrário, esses signos podem ser apropriados, re-historicizados, interpretados e lidos de múltiplas maneiras, de acordo com a história pessoal e coletiva dos sujeitos envolvidos. Desse modo, a identidade constitui-se em uma dinâmica fluida, relacional e polissêmica. (Fleuri, 2006).

No contexto histórico brasileiro, pode-se colocar também o sincretismo religioso dos negros como uma forma de resistência e de possibilidade de constituição de novas identidades e deslocamentos de poder. Tomando-se o sincretismo como uma harmonia aparente, esse conceito pode representar, por si só, o conflito e o hibridismo que caracteriza a identidade. O sincretismo foi o caminho que os povos dominados pela supremacia cultural branca ocidental encontraram para “aceitar” a cultura imposta sem serem assimilados por ela e desintegrarem-se anomicamente. Os negros dispersados de sua terra natal, pertencentes a uma cultura híbrida, têm a possibilidade de formar identidades que atravessam fronteiras naturais: é o que Hall (2004) denomina de Tradução. O sincretismo religioso dos negros representa esta possibilidade, a possibilidade de negociar com as novas culturas sem serem simplesmente assimilados por ela, deslocando-se entre o novo e os vínculos com seus lugares de origem e sua Tradição. Como se pode observar, essas identidades não são “e nunca serão unificadas no velho sentido, porque elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias “casas”. (Hall, 2004, p. 89). Essas identidades que transpõem fronteiras são o produto das diásporas criadas pelas migrações pós-coloniais. Assim, pessoas “traduzidas” devem aprender “a habitar, no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e a negociar entre elas.” (Hall, 2004, p. 89). Isso não é senão o próprio sincretismo?

Lembrando-nos de que os processos identitários são constituídos por conflitos e tensões, devemos ter sempre ativo o foco no processo e não somente no resultado. Resultados aparentemente positivos podem encobrir “falsas” modificações. Assim, na desconstrução do





ISSN: 1983-8379

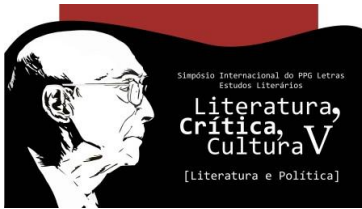
racismo, dos estereótipos, dos preconceitos e dos processos discriminatórios cabe uma análise dos constructos subjacentes que sustentam a manutenção identitária entre os grupos. A existência de empresas constituídas majoritariamente por funcionários do sexo masculino, ou de pessoas brancas ocuparem determinados cargos mais do que outros, constitui-se como prática discriminatória porque essas empresas organizam-se com base em estratégias de hierarquização, sujeição e exploração (Fleuri, 2006). Portanto, não se combate a discriminação e o preconceito apenas pleiteando o acesso dos sujeitos alvo da discriminação aos cargos superiores – isso significa encobrir e perpetuar processos de exclusão. Para que a diferença possa sobressair-se na diversidade é necessário igualmente promover a superação das estratégias de sujeição, de hierarquização e exploração pelas quais essas empresas organizam-se excluindo alguns sujeitos. Por outro lado, a luta de grupos e movimentos sociais pelo acesso e igualdade de condições no trabalho, por exemplo, é que cria os campos intersticiais de diferença para além da diversidade. É através da resistência que novas identidades são constituídas e que as transformações das estruturas relacionais são potencializadas.

Essa ambiguidade da identidade, segundo Bauman, não pode ser descartada do pensamento e da experiência humana pois a “identidade é uma luta simultânea contra a dissolução e a fragmentação; uma intenção de devorar e ao mesmo tempo uma recusa resoluta a ser devorado...” (Bauman, 2005, p. 84). Nesse sentido, a perspectiva da diferença para além da diversidade insere-se na dialética de um campo complexo de problematização, fluidez e polifonia que constitui as identidades e alteridades da pós-modernidade.

### **Considerações finais**

Não existe garantia no campo das identidades pós-modernas (sexuais, étnico-raciais, de gênero, de classe social). Existem pluralidades, antagonismos, conflitos e tensões nos deslocamentos contínuos e constantes de estruturas e identidades que procuram cruzar fronteiras e desamarrar-se do lugar onde foram fixadas nas relações interculturais.

Ainda que as novas identidades possam ser de alguma forma reguladas, limitadas e segregadas, não existe a possibilidade humana de se estabelecer um controle total sobre esse



ISSN: 1983-8379

tipo de relação. Sempre existirá um espaço que “foge” ao controle de regulação, um espaço que constituirá um entrelugar. Existem contextos intersticiais que representam novas identidades, novos deslocamentos de poder e formas de se estabelecer relações. Existem novas formas de resistência, de ressignificação de identidades e de configuração das posições sociais que alteram o equilíbrio cultural. Logo, é importante ultrapassar o âmbito das polêmicas políticas moralistas bem intencionadas contra a discriminação, o preconceito e os estereótipos que circunscrevem-se única e exclusivamente ao efeito e deixam de lado a estrutura do problema. É preciso valorizar os novos processos que alteram, de alguma forma, as estruturas de poder. Não obstante a valorização, é necessário compreender que nem sempre os resultados obtidos representam modificações na estrutura do processo. Ao contrário, resultados aparentemente democráticos podem ser o invólucro da perpetuação e reprodução das antigas formas de sujeição e exclusão.

A perspectiva da diferença para além da diversidade insere-se no campo dinâmico, fluido, híbrido, polissêmico da pós-modernidade em que os sujeitos se constituem. Problematizando os dispositivos de normalidade, de sujeição e de uma inclusão-excludente, a diferença caminha para além de uma perspectiva estereotípica da diversidade. Ultrapassando a simples tolerância com o Outro, a diferença propõe uma nova relação com o Outro e novos processos no estabelecimento das relações. Assim, nesse jogo subjetivo de entrelaçamento de diferentes alteridades e identidades, estabelecendo mútuas interferências, é que os sujeitos transformam-se a si mesmos, modificando seus campos identitários e o mundo em que vivem.

### **Referências Bibliográficas**

- BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAUMAN, Z. Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi/Zygmunt Bauman; tradução, Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BHABHA, H. O local da cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- FLEURI, R. M. Políticas da diferença: para além dos estereótipos na prática educacional. Educação e Sociedade; Campinas; vol. 27, n. 95; p. 495-520, maio/ago. 2006.



ISSN: 1983-8379

- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade / Stuart Hall; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro – 9. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- \_\_\_\_\_. Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- MUNANGA, K. (org.). Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial. São Paulo. Ed. USP: Estação Ciência, 1996.
- SANTOS, B. S. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social / Boaventura de Souza Santos; tradução Mouzar Benedito. – São Paulo: Boitempo, 2007.
- SENNETT, R. A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo / Richard Sennett; tradução Marcos Santarrita. – 12ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2007.
- SILVA, T. T. da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais / Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 9. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- WALLERSTEIN, I. M. O universalismo europeu: a retórica do poder / Immanuel Wallerstein; tradução Beatriz Medina; apresentação Luiz Alberto Moniz Bandeira. – São Paulo: Boitempo, 2007.